

A PERSISTÊNCIA DO RACISMO

ADRIANO MOREIRA

A ordem mundial reorganizada pela ONU, com frequentes cedências dos princípios à inevitabilidade de não poder discutir-se com os factos, tinha, entre os valores de referência, o de terminar com o colonialismo ocidental e, em consequência, com uma mitologia de discriminações raciais.

Tratava-se de uma simplificação do problema, que deliberadamente ignorava, ou remetia para diferentes capítulos das preocupações assumidas pela organização, a estrutura social interna de numerosíssimos Estados, quer dos que dinamizaram a elaboração dos estatutos da ONU, quer dos que ali viriam a tomar assento, libertos de soberanias externas colonizadoras.

No primeiro caso estavam a URSS e os EUA, a primeira pela subordinação de vários grupos étnicos, alguns com a natureza de nações, ao poder centralizador e imperial de Moscovo; os segundos, em vésperas de verem despertar os movimentos de luta pela igualdade de índios, negros, porto-riquenhos, e hispânicos, que já neste século XXI tiveram a expressão mais significativa no facto de, pela primeira vez na história do Estado, o Senado ter escutado uma intervenção política em castelhano.

Entre os Estados que nasceram para a vida internacional na sequência da descolonização destaca-se como exemplo a União Indiana com o sistema de castas que vai recuando perante o avanço da democratização.

Tão evidente era o desafio ao ideário da ONU, que não conseguiu encontrar para as minorias europeias um regime mais equitativo, mais protector do que o instalado pela desaparecida Sociedade das Nações, que a UNESCO em 1950 incluiu, entre as seus primeiros grandes inqueritos, identificar os mitos raciais que afligem secularmente as sociedades civis e a paz entre os Estados, procurando definir uma pedagogia capaz de abrir caminhos para a eliminação do flagelo.

Entre as inquietações que animaram essa histórica intervenção, avultaram como referências maiores quer o Holocausto dos judeus pelo nazismo durante a guerra de

1939-1945, quer a expressão mais condenada da intervenção colonizadora ocidental que era a África do Sul em regime de apartheid.

A Declaração Universal de Direitos Humanos servia de referência normativa suprema, desenvolvida nos chamados *Twin Covenants* de 1966 - *Pacto Internacional sobre os direitos cívicos e políticos*, e *Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais*.

São muitos os inegáveis progressos conseguidos para implementar este modelo observante, mas é excessivo o desastre que ainda aflige a Humanidade em consequência de uma variedade de interesses que viciosamente procuram legitimar-se pela renovação dos mitos raciais.

Recordamos que a listagem da UNESCO incluía o mito judaico, o mito ariano, o mito do negro, o mito do mestiço, e que em relação a qualquer deles não era infelizmente difícil identificar quebras da paz da sociedade civil ou entre Estados.

Depois, genocídios numerosos, quer na Europa envolvendo a Bósnia-Herzégovina, a Croácia, o Kosovo, em suma a dissolução da Jugoslávia, quer na África devastando populações no Burundi, no Rwanda, no Sudão, sendo esta uma breve invocação de apenas algumas componentes do desastre.

É neste panorama alarmante, que violências que desafiam e excedem as capacidades disponíveis para assegurar uma paz razoável, dão origem à organização de institutos novos como o Direito de Ingerência a favor da protecção dos direitos humanos, com referência maior na intervenção no Golfo (1991), e sobretudo no Kosovo quando a NATO assumiu uma legitimidade privativa, muito apoiada no conceito de Mitterrand: *“a obrigação de não-ingêrência termina no ponto exacto em que nasce o risco de não-assistência”*.

Os fundadores da ONU, por vezes chamados os poetas dos dividendos da paz, deixaram formulado um modelo observante que recolhe uma tábua de valores inspirada nos conceitos da *terra casa comum dos homens*, e da *igual dignidade de todos os homens*, sem diferenças de etnia, cultura ou religião.

O projecto descolonizador eliminava, no plano dos princípios, o conceito euro-mundista que definia o resto do mundo como sendo composto de povos ou *atrasados* ou *selvagens*, que se propunha moldar como se fossem a cera mole à disposição das intervenções ocidentais.

Os factos, que parecem tão frequentemente obedecer a uma lógica profunda que escapa à lógica aparente das pilotagens políticas, multiplicaram as recusas aos princí-

pios, e até fizeram emergir mitos raciais de sinal contrário aos que orientaram os pilotos da descolonização da ONU, doutrinando uma superioridade étnica, cultural e até religiosa que levou a ensombrar a perspectiva da polemologia do século XXI, com a previsão de Huntington, largamente objecto de avaliação, de que os conflitos deste milénio em que estamos serão sobretudo entre áreas culturais diferenciadas pela fé. O alarme causado pela intervenção armada de Bin Laden, que para muitos analistas fixou o 11 de Setembro de 2001 como um ponto de viragem da história, e que procurou causar o levantamento do cordão muçulmano, de Gibraltar à Indonésia, contra os ocidentais, deu alento àquela previsão.

O Professor Samuel Huntington anunciou que a polemologia do século XXI seria marcada pelo conflito entre áreas culturais diferenciadas essencialmente pela diversidade religiosa. A esperança de que fosse um anúncio académico, que os factos não confirmassem, parece estar em risco de enfraquecer à medida que sobe aos extremos o desastre instalado no Iraque pela incapacidade de previsão dos estrategas do unilateralismo. Um risco aprofundado pela imparável violência do conflito de Israel com os palestinos.

Quando os analistas e responsáveis ensaiam sugestões conciliatórias que tragam finalmente o apaziguamento de um conflito que sempre impedirá a paz geral, de novo anima a percepção catastrófica da doutrina do conflito das civilizações ao anunciar que o perigo emerge no interior dos EUA. Deste modo torna árdua a tarefa de internacionalizar a presença americana no Iraque, e de ajudar a superpotência a salvar a face para benefício dos ocidentais e da paz geral. Versado na história do seu país, vai recolher avisos, no passado mal escutados, sobre os perigos que a América branca, britânica, e protestante, dos séculos XVII e XVIII da criação, corre o risco de ser ferida pela evolução para multi-étnica e multi-cultural.

O texto divulgado refere-se assim ao passado: "Seriam os EUA o país que foram, e ainda largamente são, se tivessem sido povoados nos séculos XVII e XVIII, não por protestantes britânicos, mas por franceses, espanhóis, ou portugueses católicos? A resposta é claramente não. Não seriam os Estados Unidos; seriam Quebec, México, ou Brasil". Realmente são os hispânicos que activam o alarme do politólogo que em todo o caso não relacionou a velha paz cultural que refere com a falta de integração das minorias políticas, ou com a sua eliminação. É uma previsão admissível que "a divisão cultural entre hispânicos e saxões pode ocupar o que foi a divisão racial entre negros e brancos como a divergência mais séria da sociedade americana". Mas talvez seja discutível incluir a popularidade das doutrinas do multiculturalismo entre as causas, porque talvez a interpretação mais razoável seja a da cobertura ideológica para movimentos de grupos que finalmente escapam à minoridade cívica e vão a caminho de participar no poder.

Terminarei abordando um dos conflitos e alarmes mais significativos e inquietantes dos últimos tempos.

Foi importante a intervenção de Kofi Annan no World Economic Forum, em Davos, na reunião anual que decorreu entre 21 e 25 de Janeiro último, onde a questão do Iraque pareceu sublinhar todas as declarações feitas, a começar pelo Ministro Jack Straw do Reino Unido. Formalmente uma entidade privada, o Forum pareceu avaliar a guerra, a ocupação, e as responsabilidades de reorganização, como um acidente à margem do globalismo económico, e não como um derivado lógico daquela orientação.

A intervenção do Secretário-Geral, sem expressamente o dizer, parece claramente entender que o globalismo económico também está envolvido, e por isso não deixou de recordar a intervenção que tivera em 1999, antes do confronto em Seattle com os adversários do modelo.

No texto dessa data, as advertências sobre a urgência de rectificar o globalismo económico no sentido de promover uma *sociedade global de confiança*, foi uma nota principal: “nos mercados nacionais a confiança é baseada na partilha de valores comuns... Mas no mercado global, as pessoas ainda não têm essa confiança. Até que a obtenham, a economia global será frágil e vulnerável...”.

De facto então, e agora, foi o tema da *reinvenção da governança* que preencheu o discurso, partindo de uma visão do mundo em mudança que, com frequência crescente, vê desafiar a lógica das relações *inter-estaduais* pela lógica das *relações inter-mercados*, e crescer o que alguns chamam o *terceiro espaço*.

Neste caso, a questão é a das *redes* que fizeram emergir outros actores da vida internacional, indo além das Organizações Não Governamentais - ONG's para assumirem a natureza de poderes erráticos desafiantes das soberanias. Tal como aconteceu com a Al Qaeda que se levantou a exigir igualdade aos próprios EUA.

Verificando que, mais uma vez, as intenções detectáveis não levam necessariamente à harmonia, a pedagogia do Secretário-Geral pretende despertar pilotagens que evitem a subida aos extremos de fracturas.

Fracturas e confrontos que parecem objectivos estratégicos de movimentos tendo por variável comum as queixas contra a alienação: foram casos como os do neutralismo contra a submissão estratégica à ordem dos Pactos Militares; da geografia da fome contra as sociedades afluentes; da área dos 3AA (Ásia, África, América Latina) contra a cidade planetária do Norte do mundo.

Cinco anos depois da sua primeira intervenção, o Secretário-Geral vem declarar o seguinte: “Hoje, não apenas o ambiente económico global, mas também o clima de segurança global, e a condução efectiva das políticas internacionais, tornaram-se largamente menos favoráveis à manutenção de uma ordem global estável, equitativa, e baseada em normas”.

Não é de estranhar que o globalismo do passivo da ordem global económica em desenvolvimento tenha expressão com acento tónico mais agudo no World Social Forum. Este, reunido em Bombaim, pediu compromisso activo para com todos os seres humanos que pouco possuem, necessitam de muito, mas são povos mudos.

Não é muito apogado a subtilezas diplomáticas o discurso corrente do Secretário-Geral, e neste caso parece fácil ler que o poder está repartido entre os Estados em perda de função, e os vários movimentos das sociedades civis transnacionais onde nascem poderes efectivos que actuam, mas não correspondem ao envelhecido conceito de entidades privadas. E por isso a circunstância, por vezes anárquica, da vida internacional, exige uma reinvenção da governança, conceito que começou a circular pela década de oitenta do século passado.

No fundo é um apelo realista a uma acção convergente das forças políticas internas em pactos de regime, à busca de definição de um espaço intergovernamental especialmente marcado pelas competências reformuladas do Conselho de Segurança, à governação contratualizada dos interesses comuns da Humanidade, da sociedade cosmopolita e transnacional que vai enquadrando todos os povos e culturas.

Uma pilotagem assumida, participada e normativizada entre gestão do Estado, gestões da sociedade civil, e gestões responsáveis pelas dimensões sociais da globalização. Tendo como valores de referência a prevenção da segurança mundial e o desenvolvimento humano sustentado.

Embora exija uma crescente e minuciosa especificação de responsáveis intervenientes, de objectivos, e de recursos, a reinvenção da governança, pela via contratualizante, é por agora a mais clara formulação de uma proposta para evitar que progridam as áreas problemáticas. O que exige um centro de referência, que no panorama actual continua a estar apenas na ONU, está a exigir que os Estados concordem urgentemente na reformulação.

